

Espaços específicos para os de identidade específica: imigrantes ucranianos em Papanduva

Paulo Augusto Tamanini*

RESUMO

Este artigo versará sobre a imigração ucraniana na cidade de Papanduva, Santa Catarina, onde pretendo analisar os conceitos de espaços, vistos como específicos para os estranhos e como nestes espaços tais imigrantes se identificavam e se representavam visíveis através dos seus padrões de conduta.

PALAVRAS-CHAVE: Imigração ucraniana, espaços, identidade

ABSTRACT

This article talks about Ukrainian immigration in Papanduva city, Santa Catarina, in which i intend to analyze the concepts of the specific space, proper for strangers and how, these immigrants identified and represented themselves visibility's, through their conduct.

KEY-WORDS: Ukrainian immigration; specific space; identity

O município de Papanduva, Santa Catarina, foi criado em 11 de abril de 1954, antes fazia parte do município de Canoinhas. Em meados do século XVIII, passavam por estas terras, pela então conhecida “Estrada da Mata” ou “Estrada das Tropas”, hoje BR 116, os tropeiros vindos do Rio Grande do Sul, conduzindo suas tropas de muares com destino ao Estado de São Paulo para suprir o mercado de charque, couro e sal. Como neste local havia um ótimo pasto para alimento dos animais, um capim chamado “papuã”, estes se alojavam nestas áreas para alimentá-los e para o repouso de todos, para somente após alguns dias prosseguirem a viagem. Pela abundância do capim “papuã”, os tropeiros chamavam estas áreas de Papanduva, originando assim o nome da cidade.

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e-mail: paulo.udesc@terra.com.br

Por volta de 1828, colonos provenientes do Paraná, foram se instalando para cuidar da estalagem dos tropeiros e desenvolver a pecuária e, com o passar do tempo, a lavoura de subsistência, principalmente a extração de erva mate. Em meados de 1880, a colonização esparsa e com poucos recursos, tornou-se um povoado, graças ao incentivo do Governo, atraindo para lá imigrantes Europeus.

Depois da introdução dos alemães, em 1829, uma das mais importantes correntes migratórias dirigidas para o Sul, no Paraná e S. Catarina, mais especificamente na região do Rio do Peixe, foi à formada pelos os poloneses e ucranianos que eram “carimbados” como imigrantes austríacos, russos ou alemães. O depoimento de Mesroslava Krevey mostra que

naquela época os imigrantes vinham com o passaporte austríaco, porque a Ucrânia estava sob o domínio austríaco. Hoje muitos descendentes, tentando buscar suas origens, se deparam com a informação que seus bisavôs ou tataravôs eram austríacos. Mas este austríaco, na maioria das vezes era ucraniano que veio da Galícia e do Oeste europeu. (KREVEY, 2006)

A troca da etnia, no passaporte, no entanto, parece não apagar a identidade que acreditavam possuir. Este fenômeno, da não identificação da etnia dos poloneses e dos ucranianos, ocorreu por que, quando do processo migratório, a Polônia e a Ucrânia não existiam como nações independentes.

Decodificar o êxodo ucraniano tem sido uma tarefa desafiante dado às constantes levas de imigrações que reiteradas vezes, deixavam a pátria, em busca de refúgio, proteção e trabalho, por motivos diversos e circunstâncias múltiplas. As constantes migrações forçadas dos ucranianos fizeram surgir o medo da perda da identidade de uma nação que se fragmentava em diversos cantos da Europa e, depois, nas Américas.

Posteriormente a cada leva que partia, a florava nos que ficavam, a iminente preocupação pela preservação de seus valores. Pode-se constatar tal afirmação nos depoimentos colhidos ao longo deste texto. Toda partida nos traz perdas; o ‘deixar para traz’ requer bravura, determinação e desprendimento. Outros sentimentos ganham predominância quando o êxodo é forçado: injustiça, abandono, segregação, lamúrias, separação, medo, inseguranças. Enfrentar o ignoto exige coragem.

As imigrações continuam sendo alvo de interesse de pesquisadores, que estudam o tema sob a óptica de diferentes abordagens, sob novos olhares, proporcionando outras

leituras. Esta pesquisa se propõe lançar luz sobre a imigração ucraniana para o Brasil, especificamente para Santa Catarina, procurando focar as relações de gênero que encenavam, naquele contexto, papéis prescritos, engendrados no cotidiano das práticas vividas pelas mulheres e homens, nas relações mútuas e recíprocas, entre famílias e com a comunidade.

É consensual que a historiografia demarque três grandes momentos da migração ucraniana, tomando como base o número expressivo dos que deixavam suas terras. O primeiro grande momento aconteceu nas duas últimas décadas do século XIX, quando muitas famílias camponesas, em consequência da grande população agrária que se espremiavam nas limitadas áreas de plantio e cultivo, e por escassez de oportunidades de trabalho nas poucas indústrias instaladas, se aventuravam ultrapassar suas fronteiras. Os países que receberam mais imigrantes, entre 1850 a 1914, foram os Estados Unidos da América, Canadá, Argentina e Brasil (BRITO, 1995).

Segundo dados historiográficos sobre imigração internacional, este recorte temporal foi o período de o maior movimento migratório internacional da história dos povos. Nesta etapa, o governo brasileiro estimulava a vinda de mão de obra estrangeira, para suprir a necessidade operacional dos campos e fazendas que, após 1888, com a Abolição da Escravatura, deixou vaga. Um segundo momento em que a fuga em massa ganhou notoriedade histórica, foi o período entre 1914 e 1920, motivados por consequências geopolíticas. Os países que acolheram a maioria destes imigrantes foram a Tchecoslováquia, França, Estados Unidos e Canadá (MILLUS, 2004).

A população ucraniana, como em quase toda Europa, não era mais tão camponesa, predominando a mão de obra industrial que foi reaproveitada na indústria bélica, na Alemanha, que lutava contra os bolchevistas.

Porém ao ocupar terras alemãs, os soviéticos repatriavam, à força, os ucranianos para suas terras de origem, onde lá foram instalados enormes campos de concentração que aprisionavam e extinguíam os egressos. É neste momento que, fugindo das perseguições soviéticas, na Alemanha, um expressivo contingente de ucranianos procurou migrar para países que anteriormente tinham acolhido seus antepassados, e, a estes, se somavam a Austrália, Nova Zelândia, Venezuela, Paraguai e Chile (BURKO, 1963). A pátria-mãe que tanto os filhos não queriam deixar, agora tomada pelos bolchevistas, ganhava feições da *'malvada madrasta'* de quem todos queriam fugir para poder sobreviver.

Já o período de 1930 a 1945, quando antecede e eclode a Segunda Guerra ganhou relevância historiográfica significativa e parece ser consensual ver nele a terceira etapa destas migrações, quando o deslocamento de pessoas ao redor do mundo ganha igualmente notoriedade. Este foi o período apocalíptico para os ucranianos, erguendo diante de seus olhos o espetáculo catastrófico do fim do mundo ao se depararem com as dizimações de propriedades, terras, casas, sonhos, família e pessoas queridas, na invasão dos soviéticos russos.

Assim, relembra Bohadanna Maximiv o momento da saída de sua casa, onde os afazeres domésticos, como o assar o pão, não poderia esperar:

Nós saímos de casa só com a roupa do corpo. Meu pai dizia para abandonarmos tudo e irmos para qualquer parte e lá esperar que um dia melhorasse as coisas para voltarmos. Só que isso nunca aconteceu: nunca mais voltamos. A pressa de sair foi tanta, que minha mãe deixou pão assando no forno ... (MAXIMIV, 2006)

As guerras, os conflitos e, disso as conseqüências fugas, parecem ameaçar a possibilidade do porvir; mas para os ucranianos parecia descortinar diante deles a falência do futuro, o fim de sua etnia, de sua nação, de seus valores e esperanças.

Krystina Marasym (MARASYM, 2006) relembra quando os soldados alemães invadiram a casa onde morava com os tios:

tanto do lado da família do meu pai, quanto da família de minha mãe, os alemães tiraram todos de dentro das suas casas. Minha tia resistiu, ajoelhou-se no chão e suplicava para ficar. Falou que os soldados poderiam matá-la, mas ela não sairia de dentro de sua casa, com suas três menininhas pequenas. Então levaram meu tio à força. Depois, meu tio virou soldado militar e morreu na guerra. Ela não afastou pé do lugar onde estava morando... Ela, para mim, foi uma heroína, pois tudo o que ela passou aqui na Ucrânia sozinha, com três crianças, não foi fácil.

As dores, os desesperos e os sentimentos de perda ganhavam forma, rostos, lugar e hora cristalizados nos territórios da reminiscência que impediria o passado se distanciar do presente, possibilitando que nunca mais o passado se afastasse dele, dilatando para além dos limites sua permanência (DOSSE, 2001).

Um passado anacrônico frente a um presente sincrônico. Segundo o relato de Maria Stevanik, as famílias seguiam sem rumo em caravanas em busca de proteção, desesperadas por encontrar um ambiente seguro: “os dias se resumiam em fugir, andar,

ir pelas estradas abertas pelos outros, em busca de algo, em busca de segurança” (STEVANIK, 2008). Disso, tem-se a impressão que as esperanças ganhavam corpo ao trilharem os caminhos feitos por outros, pois acreditavam que os que andaram por ali encontraram a *salvação*. Ao fugirem dos locais onde viviam, conforme Stevanik, deixavam para trás, não somente seus pertences (objetos, móveis, casa, pátio, plantações, estrebaria, horta), mas a história que a eles estavam atreladas. Talvez o que mais pareça ser caro, aos olhos de quem parte, é se desvencilhar das marcas de seu passado registradas em cada pertence abandonado.

O homem sem história, sem passado é um homem sem registros, sem retaguarda, sem identificações e identidade, portanto deficiente de futuro, carente de possibilidades. Para além destes pertences materiais, não menos dolorido, era despedir-se do costumeiro cotidiano, da rotina, do ordinário, da vizinhança, dos parentes, dos iguais, da terra onde pisavam, do chão cujas raízes de sua história estavam profundas. Aos que fugiam até mesmo a possibilidade de se despedir com dignidade era tirada.

Era necessário fugir dos inimigos declarados, os inimigos externos (os soviéticos), sem prescindir dos internos, personificados na falta de esperança e perspectivas que teimavam resistir no imaginário dos invadidos. A invasão observada sob outros ângulos proporciona também distintas dimensões, talvez mais completas do que este ponto de vista, o que não invalida a perspectiva ora apresentada, cujas peculiaridades permitem outras leituras. Ao invadir as terras ucranianas, os soviéticos vasculhavam os segredos, os arcanos, o singular que não queria ser exposto; procuravam dizimar as marcas, as pegadas, os vestígios, as pistas que concluíssem a possibilidades da existência de um povo soberano cuja identidade era reivindicada há séculos.

Leonid Cyrkun lembra que “durante a guerra, os alemães avançavam e acuavam o povo, obrigando os moradores a saírem das aldeias. Quando o exército passava, saqueava tudo e mandava todos irem embora”(CYRKUM, 2008). Toda invasão é uma afronta à privacidade da existência, é uma intervenção ao contubérnio, que incomoda, que constrange, fazendo acontecer a erupção de inquietudes e desconfortos, pois coloca estranhos em lugares desautorizados pela intimidade que faz jus só quem é familiar.

Algumas famílias chegaram à Alemanha, outras à África, outras à Áustria cientes de que aquele lugar não era ainda seguro, sendo preciso buscar outros refúgios. Do porto alemão, partiam os navios que levavam correspondências, encomendas,

membros da Cruz Vermelha, e, no regresso, entulhavam os imigrantes em seus porões. Alguns desses navios partiam para o Rio de Janeiro.

Influenciado pela conjuntura externa e interna, o governo de Getúlio Vargas adotou uma política restritiva à vinda de imigrantes, política esta que encontra sua expressão jurídica em decretos como o 19.482, de dezembro de 1930, elaborado pelo governo provisório onde “limitava a imigração aos estrangeiros, dando preferência, sob certas condições, aos trabalhadores especializados” (HUGON, 1973, p.33). Posteriormente, a Constituição de 1934 e a de 1937, mantiveram tais restrições (NUNES, 2000, p.31).

Mesmo havendo histórico e antecedentes favoráveis à migração ucraniana, como sublinhava a *Revista Panorama...*

Os ucranianos residentes no Brasil revelaram-se em geral, ótimos trabalhadores, homens sinceros e honestos. Adaptam-se com relativa facilidade ao ambiente brasileiro, esforçando-se por falar a língua nacional e por familiarizar-se com os costumes da nova pátria. (PANORAMA, 1959, p.20)

...só poderiam migrar para o Brasil, famílias constituídas pelos pais e filhos ou parentes desses que a eles viessem agregados. Todos deveriam gozar de boa saúde, não ter deficiência física e os mais velhos não poderiam ultrapassar 60 anos de idade (HANEIKO,1985).

Neste sentido, observa-se o depoimento de Valéria, impregnado de nostalgia, denunciada pelos olhos emudecidos de quem testemunhou a dor e o medo de ter uma parenta sua quase que rejeitada pelo Serviço de Seleção de Migrações, quando estava ainda na Alemanha, prestes a embarcar para o Brasil:

Nós sabíamos que tínhamos que embarcar no navio que nos levasse ao Brasil. Era a única esperança de vida que nos restava. Víamos em nossos irmãos e em nossos pais tristeza, pois nossa irmã era deficiente física e não poderia viajar. Meu pai então teve a idéia de arrumar uma menina sadia e apresentá-la no lugar de minha irmã, para ganhar o visto. E assim foi feito. Como forma de agradecimento meu pai deu a menina a única boneca, com cabeça de porcelana, toda vestida com trajes típicos, de minha irmã doente. Até hoje, minha irmã nos diz que tem saudades daquela boneca que salvou a sua vida e que a dor da perda daquele brinquedo não adormece em sua alma. (TCHAIKA, 2008)

Talvez seja difícil imaginar que aquela criança não fosse capaz de entender que a única *moeda de troca* que tinha restado para aquela família fosse ‘a boneca com cabeça

de porcelana'. No meio a tantas dores, para aquela menina, até mesmo a possibilidade de se refestelar pela imaginação lúdica que o brinquedo proporcionava, foi lhe roubada pela guerra. O brinquedo, para ela, possivelmente funcionasse como um amuleto que custodiava as afrontas e dores oriundas da situação em que vivia. No brinquedo residiam elementos de plena significação e valor atribuídos por um sujeito histórico, de pouca idade, centrado em um palco de conflitos, onde não estava ao seu alcance ainda desvencilhar daquilo que lhe era próprio: viver sua infância. A guerra, os conflitos, as fugas, os medos, os esconderijos aleijaram uma importante fase de sua história, fazendo forçosamente pular etapas, exigindo dela outros entendimentos que não estava apta a fazer. O brinquedo seqüestrado de suas mãos serviu como pagamento de resgate de sua vida. Esta vida, no entanto, não estava garantida por nada e por ninguém; o brinquedo lhe deu apenas a possibilidade de entrar no tabuleiro para poder ser mais um entre os possíveis vencedores de um jogo da sorte cujos lances eram desenhados na própria partida, pela astúcia e ardileza dos oponentes. Mas, disso a menina não tinha consciência. O amadurecimento da menina, não anestesiou a saudade e a frustração sentidas por ter sido salva a custo do único bem que julgava possuir: a boneca com cabeça de porcelana. O seu crescimento e transformação de menina para mulher não obliteraram o trágico momento de escolhas que outros fizeram em seu nome.

Houve duas levas de imigrantes ucranianos em Papanduva (SC). A primeira, em 1914 com 30 famílias e a segunda, em 1955, com 43 famílias. Segundo o depoimento de Marquiano Czpa, “quando os imigrantes chegaram aqui, não tinham nenhuma assistência do governo brasileiro e nem da Ucrânia. Foram jogados neste matão de Deus e tiveram que se virar” (CZPA, 2006). Em ambas, chegaram muitas viúvas, agregados, filhos sem pais, e poucas famílias inteiras.

Quando novas famílias chegaram a Papanduva, foram agrupadas pelos estabelecidos, no espaço que lhes eram próprios, ou seja, na colônia chamada Iracema. Este espaço específico, reservado ao diferente, aponta para a idéia de uma vitrine viva, onde o exposto, o performático aguça curiosidades.

Etimologicamente, vitrine é uma palavra de origem francesa tendo como significado um compartimento cuja face principal é envidraçada, no qual se expõem algum objeto. Evidencia-se, porém, que entre o objeto exposto e seu observador exista um vidro que permite o olhar, mas impede qualquer outro relacionamento. Entre os habitantes de Papanduva e os recém chegados imigrantes *envitrinados* talvez houvesse vidros tão espessos e difíceis de se romper quanto os preconceitos, as desconfianças e o

incômodo por terem que conviver com um *outro*, portador de uma identidade plural. O confinamento materializava a diferença através do espaço exterior, como afirma Dossi: “a identidade não é mais lida por dentro, porém projetada num espaço externo. Esta mudança de ponto de vista impõe a *dialeitização* dos espaços e exige as lunetas do antropólogo a perscrutarem o universo do outro” (DOSSE, 2001, p.176).

Já o antropólogo Fredrik Barth afirma ser o próprio indivíduo que procura juntar-se aos seus semelhantes e por isso é ele quem determina a sua identidade, pois a partir de suas crenças e valores se insere em um determinado grupo social, que reconhece e é por ele reconhecido (BARTH, 1998).

Parecia ser necessário que esquadrinhassem territórios e lá se delimitasse um lugar específico para os estrangeiros. As pessoas existem, vivem e se socializam dentro de uma esfera circunscrita chamada ‘lugar’. É no ‘lugar’ onde é possível flagrar os descaminhos ou trajetos nem sempre lineares das relações entre pessoas e descobrir suas conexões nas visceralidades do cotidiano. O lugar torna possível a pesquisa, mas também é ele que delimita o campo de seu objeto. Era no ‘lugar’ determinado que os imigrantes eram percebidos ou despercebidos. Iracema, o lugar específico dos imigrantes ucranianos, o micro espaço, estava circunscrita dentro do macro espaço da cidade de Papanduva que com ela deveria haver contato. Absolutamente não é prudente afirmar que entre os imigrantes ucranianos e os outros integrantes da cidade de Papanduva não havia nenhuma espécie de interação, até porque a colônia não era totalmente auto-suficiente, muitos produtos eram comprados fora dela.

Para os que não pertenciam à colônia de imigrantes, a vinda de novas famílias nem eram notada a princípio: era irrelevante se a colônia tinha 10 famílias ou mais. A presença de estranhos na cidade, talvez fosse notada quando eram ultrapassados os limites supostamente impostos pela conveniência. “Quando era necessário ir a venda comprar comida ou outra coisa qualquer, as pessoas olhavam para nós de maneira diferente. Era uma situação difícil” (CYRKUM,2006), recorda Leonid. A sua fala nos faz pensar nas conseqüências da desobediência destes limites que forma uma determinada região.

A idéia de região determinada chama a atenção para a conveniência de quem a delimita e de quem a ela se enquadra. Para quem delimita é conveniente alocar os estranhos em seus lugares evitando mistura; para os alocados a conveniência se impõe por coexistir com os seus pares e ali sedimentar os saberes. O jogo das conveniências

parecia reger, de maneira sub-reptícia, a lógica social do *lucus* físico, edificado para ser o palco das operações, onde predominavam as vivências travestidas pelas disputas.

A idéia de região é antiga. Buscando a sua etimologia, Emile Benveniste (citado por Bourdieu (BOURDIEU, 1989, p.113), mostra que a palavra *regio* deriva de *rex*, a autoridade que, por decreto, podia circunscrever as fronteiras. A região não é, pois, na sua origem, uma realidade natural, mas uma divisão do mundo social estabelecida por um ato de vontade. Tal divisão só não é totalmente arbitrária porque, por trás do ato de delimitar um território, há certamente critérios, entre os quais o mais importante é o do alcance e da eficácia do poder de que se reveste quem delimitou a região.

A região é antes de tudo um espaço construído por decisão pessoal ou grupal, por isso uma representação, um recorte, um fragmento onde se insere ou é inserido o que se julga adequado. Esta afirmação encontra ressonância com o pensamento do historiador Durval Muniz Albuquerque Junior quando afirma que a região antes de ser um recorte espacial já inscrito na natureza, é produto de uma tecelagem histórica e social. As fronteiras que delimitam a região foram tecidas em algum momento histórico e a partir de certas condições, marcando e demarcando o que nelas está contido (ALBUQUERQUE, 2001).

Quando se delimita uma região ou um espaço com a finalidade de *acobertar* determinados tipos de pessoas ou grupos, constroem-se redomas cerceadoras da liberdade. Talvez, seja para os que estão fora dela, uma necessária construção com objetivos claros: proteger-se daquilo que é diferente, por isso, perigoso. Não é seguro afirmar, no entanto que, os que estão do lado interno das marcas, se revoltam por estar naquela condição, uma vez que podem acreditar que é melhor estar ali, com os seus, de certa forma protegidos, do que misturados com outros, a mercê de tantas ameaças. “Na colônia, podíamos ser nós mesmos, sem vergonha. Podíamos falar nossa língua, rezar nossas orações, cantar nossas melodias, rir e chorar de nossas histórias”, atesta Maria Stevanik (2006).

No entanto, os limites encurralam possibilidades de novas socializações, estrangulam vivências plurais fazendo parecer que haja um conformismo de ambas as partes. O aprisionamento advindo das demarcas sociais, impetrado pelo outro, por certo seja tão venal quanto aquele decretado como punição judicial por um delito cometido. A pouca interação entre os ucranianos retardava a necessária socialização com os outros habitantes. Os limites por si podem esvaziar a possibilidade da troca, do compartilhamento entre saberes, entre experiências. Quando existe as demarcas,

soerguem os perímetros da proibição que desfavorecem os encontros de culturas, por isso impossibilita o seu escambo.

Quando há interação, socialização entre grupos a troca de informações é facilitada. O imigrante, por certo, é um agente influenciador e influenciável da cultura do outro; modifica hábitos, quebra com a rotina estabelecida, reestrutura os paradigmas da normalidade e impõe com sua presença outros costumes. Por sua vez, é susceptível às mesmas assimilações e aglutinações; é influenciado pelo meio, tendo que remodelar suas vivências, inserido em um novo ambiente social. A imigração não pode ser vista apenas como mero deslocamento de pessoas, mas também como deslocamento da cultura e do simbólico que constroem identidade. “A identidade é relativa, está em constante re-elaboração e não é uma só, senão múltipla construindo-se, na medida que se articula em diferentes espaços”(MONTEIRO, 2004, p.128). A identidade é “identificação, é processo que se dá na família, na religião, na aldeia”, pelo contato, pela interação (OLIVEIRA, 1976, p. 4).

A identidade é plasmada, é construída e é atribuída na relação, mas movida por interesses (CHARTIER, 1990, p.17), sejam eles políticos, religiosos e étnicos. Os interesses selecionam, mantêm e reforçam identidades objetivando fins outros que se mascaram na suposta abnegação e desprendimento, residentes no simples fato de preservar. Maria Bernadete Ramos Flores e Emerson Cesar de Campos enfatizam tal pensamento, ao descreverem que

as identidades, sempre transitórias, são politicamente atribuídas e politicamente mantidas, e se transformam politicamente; a identidade pode ser esquecida, abandonada, perdida ou inventada, construída. Sendo assim, o processo de criação de identidade é um processo de criação de imagem, dentro dos propósitos que se abrem em sua própria contemporaneidade (FLORES; CAMPOS, 2007).

O imigrante não é pura e simplesmente um indivíduo que se deslocou fisicamente de um lugar para outro; por certo é um indivíduo em deslocamento, uma pessoa a procura de um pouso, um sujeito que tenciona ancorar-se num porto seguro. É por isso também, um descobridor e um conquistador do espaço alheio, buscando recomençar sua história em outros territórios.

O imigrante é o centro por onde *gravitam* enorme bagagem simbólica. Quando o indivíduo chega a um lugar, com ele comparecem tantos outros elementos que formam sua *persona* social. Por esta *persona* é possível compreender seus costumes, maneiras de pensar, seus hábitos e como ele atribui significado às coisas que estão ao seu redor.

O imigrante é um indivíduo composto pelo plural: é ele e sua cultura. Neste composto residem elementos que ele pode julgar passíveis de modificações ou não, e, pode até mesmo, reorganizá-los para que abra espaços para o aparecimento de outros. É uma luta travada entre aquilo que ele quer reafirmar como característico com o que é negociável, funcionando como *moeda de troca*. A língua eslava, o alfabeto cirílico, a culinária, a música e outros elementos culturais eram preciosos para o grupo e, talvez, por serem marcas do pertencimento, não estavam a mercê de negociações.

Para Pièrre Lévy, as fronteiras de um espaço “não existe a priori, são delimitadas pelas circunstâncias e convenções” (LEVY, 1993, p.143). Tomando região como um espaço delimitado por fronteiras que, mesmo não podendo ser muitas vezes nitidamente definidas com uma linha demarcatória, funcionam no plano simbólico como um traço de separação e, pois, de exclusão: a região é um espaço fechado dentro de fronteiras. A essa idéia de espaço com fronteiras fechadas soma-se a idéia de que a região é um espaço periférico com relação ao centro que é sempre polarizador. Se a colônia estava à margem, na periferia do macro-espaço, por sua vez, em seu território, ela demarcava igualmente um centro onde convergiam as vivências: a igreja, em redor da qual as casas eram construídas.

A região, concebida como espaço delimitado por fronteiras, suscita análise do termo “fronteira”. Para além de ser a parte limítrofe de um espaço em relação a outro, a fronteira não pode ser concebida por este único viés: mais do que uma demarcação, pode ser idealizada também como porta de passagem, ponto de transição e de intermediação. Parece ser nas fronteiras onde se avigoram os cuidados, se reforçam a sentinela para não deixar que elementos estranhos invadam ou contaminem espaços familiares; ao mesmo tempo, é na fronteira que também existe o consentimento, a permissão para que o novo encontre lugar e espaço para possíveis convivências. Por isso, conceber a fronteira somente pela óptica topográfica, perder-se-ia oportunidades de estudá-la como local por onde relações entre grupos são redesenhadas, reestruturadas, ou cristalizadas.

A luta pela preservação daquilo que se julga característico de um grupo ou as suas possíveis negociações e graus de tolerância se dão nas fronteiras, por tanto, elas se tornam objeto de análises mais apuradas. É na fronteira que são estabelecidos e articulados os contatos, onde são celebrados acordos de interação e de relação entre os desiguais, regidas por regras de relacionamento, onde se observam critérios e sinais de identificação (BARTH, 1998, p. 196).

Dado isto, pode-se afirmar que a identidade étnica de um indivíduo é criada pelo contato com o outro; é na interação e na relação com a alteridade que se percebe o indivíduo dotado de outros signos culturais. Segundo o antropólogo Roberto Cardoso Oliveira, a etnia é algo construído e percebido na relação (OLIVEIRA, 1976, p. 3).

Para Bourdieu, o mundo social funciona como um sistema de relações de poder e como um sistema simbólico, em que as distinções se tornam a base do julgamento social (BOURDIEU, 2004, p. 243-270). Neste sentido é fundamental entender sua visão espacial da sociedade. Para ele, o “espaço social” é hierarquizado pela desigual distribuição de diferentes capitais que permite enfatizar o conjunto de campos sociais que formam a sociedade. Os campos não são espaços com fronteiras estritamente delimitadas, totalmente autônomas. Eles se articulam entre si, e a forma como se articulam compõe o universo de socialização, permitindo separar ou unir pessoas e, conseqüentemente, forjar solidariedades ou constituir divisões grupais de forma universal pelos laços de fios invisíveis. Esses fios tanto consolidam afinidades e simpatias, que constituem as redes de solidariedade objetivamente definidas, como forjam antipatias firmadas pelo preconceito. Da mesma forma que para se tecer, muitos fios se juntam, se entrelaçam, compondo certa unidade, os fios invisíveis da convivência com pessoas e instituições, elaboram tessituras do cotidiano, formando um enredo, nem sempre elucidado.

As tramas têm suas próprias lógicas, seguem roteiros adequados às finalidades distintas cuja compreensão foge e desbanca à lógica dos raciocínios preestabelecidos. Parece que a surpresa é uma constante nos enredos elaborados a partir do presente; é no acontecer dos fatos que se desenrolam os enredos. Na comunidade ucraniana, quando explícita ou implicitamente havia a necessidade de tomar posição sobre determinada questão os fios invisíveis dos laços de consangüinidade ou parentesco privilegiavam os seus.

Num grupo social, por menor que seja, não há como negar a existência de hierarquias circunscritas. Sempre haverá quem se arvora o direito de se instituir como ‘líder’, cabeça, e, geralmente, são estas pessoas que demarcam os lugares, os limites, igualmente organizados de acordo com certa ordem. Uma sociedade hierarquizada delimitará espaços igualmente hierarquizados e, por isso, distintos (BOURDIEU, 1989, p. 113). O líder tornava-se distinto dos demais para o grupo, o que poderia não acontecer quando estava fora do grupo. Aos olhos dos outros, quem fosse líder ou membro, não era passível de distinções ou diferenciações: todos, simplesmente, eram

iguais em sua diferença. Parece ser mais fácil qualificar ou desqualificar um grupo em seu conjunto do que fazer de forma individualizada. Quando se individualiza, objetiva-se o alvo dando a ele a oportunidade da revanche e da réplica. A este respeito, Leonid Cyrkum (2006) revela: “Quando havia briga entre nós e os *outros* eles diziam: ‘esses ucranianos são tudo... isso ou aquilo...’. Para eles éramos tudo igual”.

O grupo de imigrantes existia e não havia como negar a sua existência. Acomodar este grupo, visto como díspare, entre os autóctones, que se reconheciam e que se identificavam entre si, exigia colocar em prática táticas de ajustamento: foi preciso separá-los. Alojjar os imigrantes ucranianos dentro de um espaço circunscrito tornava viável o controle, facilitava a inspeção, restringia a disseminação do diferente. A vida social se dá dentro de um território, palco das realidades conflitantes ou compatíveis entre os sujeitos que se interagem, dentro do qual são identificados os seus pares ou os desafetos. O espaço construído, adequado para ‘os outros’, tomado como próprio para o tipo étnico, delimitava igualmente as relações sociais e de ordem dos autóctones para com os estrangeiros. Segundo Barth, limita igualmente o âmbito dos fatores que se utiliza para explicar a diversidade cultural: imagina-se que cada grupo desenvolve sua forma cultural e social em isolamento relativo, essencialmente, reagindo a fatores locais, ao longo de uma história de adaptação por invenção e empréstimos seletivos, produzindo um mundo de povos separados, “cada um com sua cultura própria e organizado numa sociedade que pode-se legitimamente isolar para descrevê-la” (BARTH, 1988, p.190).

A identidade étnica constrói-se a partir das diferenças em relação ao outro. A atração entre aqueles que se sentem como pertencentes a uma mesma espécie é indissociável da repulsão diante daqueles que são percebidos como estrangeiros. Essa idéia implica o fato de que não é o isolamento que cria a consciência de pertença, mas, ao contrário, a comunicação das diferenças, das quais os indivíduos se apropriam para estabelecer fronteiras étnicas, é que poderá definir a pertença e a identidade. Para Barth, a identificação de um *outro* como passível de pertencer a um grupo étnico implica compartilhamento de critérios de avaliação e de julgamento. Sujeito e objeto da identificação estão fundamentalmente “jogando o mesmo jogo”. Essa condição significa que existe, entre ambos, um determinado potencial de diversificação e expansão de seus relacionamentos sociais, o qual pode recobrir, de forma eventual, todos os diferentes setores e campos de atividade.

Assim, Barth sustenta que:

Situações de contato social entre pessoas de cultura diferentes também estão implicadas na manutenção da fronteira étnica: grupos étnicos persistem como unidades significativas apenas se implicarem marcadas diferenças no comportamento, isto é, diferenças culturais persistentes. Contudo, onde indivíduos de culturas diferentes interagem, poder-se-ia esperar que tais diferenças se reduzissem, uma vez que a interação simultaneamente requer e cria uma congruência de códigos e valores – melhor dizendo, uma similaridade ou comunidade de cultura (BARTH, p.196).

Para que haja a identificação de um *outro*, é necessário que um grupo de pessoas tenham uma forte percepção de si mesmo. A imagem que o grupo tem de si vai nortear os elementos distintivos que farão identificar os similares ou os estranhos. O outro só é concebido como tal por um grupo que tem muito bem sedimentado a maneira como se é percebido. O grupo constrói imagens de si na relação com o diferente e esta construção está em plena transformação, pois o outro sofre de mutações constantes e se prolifera em demasia. Não há somente um outro. Diante de cada pessoa o outro se propaga tão velozmente quanto maior for o número de relacionamentos. Em determinados circunstâncias e tempos até mesmo aqueles que tidos como similares, reaparecem diante dos olhos como um outro. As réplicas perfeitas talvez, só existam no imaginário. Os pares não são cópias; são sujeitos cuja individualidade é ontologicamente construída pelo plural, e, que se diferenciam entre si.

O fato de ser diferente não necessariamente implica em ser melhor ou pior. Quem constrói este juízo de valor são os próprios elementos de cada grupo fazendo uso da comparação, conforme as configurações possíveis que são montadas, durante as relações. Por isso, o *outro* faz perceber a existência da alteridade convivendo em um mesmo espaço e faz emergir a possibilidade de juízo. A identidade que se procura preservar em um grupo é a que é vista como comum a um número maior de membros.

É no espaço físico que se desenham as afinidades, as antipatias, as consangüinidades e os parentescos que habitualmente denomina-se ‘lar’, ‘casa’ ou ‘residência’. Por sua vez, o lar, a casa e a residência estão inseridas dentro de um espaço maior (denominado rua, bairro ou vila), mais abrangente, suportando relações mais completas e complexas. Estes micro-espacos podem ou não se inter-relacionar. Quando não se inter-relacionam, dá-se o isolamento, a exclusão e a marginalização que podem ganhar acentos brandos ou graves. A colônia, por suas características étnicas, de certa forma, se contrapunha ao que se concebia comum ao macro-espaco: a cidade. A colônia,

tida como espaço físico e simbólico onde ressaltava o incomum, o excepcional, o insólito, gerava perplexidade, resistência e dificuldades na relação com os seus habitantes. Era necessário existir socialmente e “existir socialmente é ser percebido como diferente” (BOUDIEU, 1989, p.118).

A diferença é uma realidade apregoada aos não comuns, aos que fogem do ordinário, aos que extrapolam as marcas da maioria. Nem sempre ser diferente desqualifica quem o é, pelo contrário, é transmutado para algo destacável, foco e alvo dos olhares e atenção, ganhando notoriedade. Podemos observar o depoimento de Likéria Oratz, que sentia-se observada por ser diferente:

As mulheres dos brasileiros nos olhavam com estranheza. Talvez por que nossa maneira de vestir, com lenços na cabeça e vestidos compridos, era ultrapassada. Elas não entendiam que era o nosso jeito, era nossa cultura, era assim que gostávamos de viver. Saíamos de casa só com o marido e com os filhos e elas já saíam sozinhas. Para nós isto que era estranho... mas fazer o que.... cada um tem seu jeito de viver; nós também achávamos estranho a maneira das outras mulheres se vestirem, se pintarem...Mas fazer o que! Cada um é cada um, ninguém é igual (ORATZ, 2009)

O dessemelhante por vezes quebra a prepotência da suposta uniformidade e igualdade, interrogando as coincidências dos estilos e maneiras de se conceber a existência que é, a partir de então, remanejada através de outros olhares. Aquilo que é apontado como *comum* carece do elemento personalizador que o distingue dos demais, próprio de quem é ‘diferente’. Ser comum ou ser apontado como tal é ser confundido com tantos rostos alheios justamente por lhe faltar o seu. O comum carrega o paradoxo de se acomodar na obscuridade das múltiplas faces, sem poder reclamar por uma autenticidade digna de deferência; por outro lado, há quem use disto para se camuflar na miragem do anonimato que dissimula qualquer responsabilidade, qualquer questionamento a seu respeito. Talvez, resida nisto o motivo do inconformismo daqueles que são vistos como ordinários, comuns, lutando por uma excepcionalidade, uma especificidade que os destaquem da massa. Ser diferente é ser notado e destacado pela deformação e desvios dos modelos padrões que gestam o comum. Ser diferente é ser individual. O indivíduo tem rosto específico, tem feições mensuráveis e identidade apartada. Para Clifford Geertz, “o indivíduo torna-se humano pelas formas modulares da cultura que faz reconhecer este indivíduo como parte integrante da espécie humana, sem esconder dele sua individualidade” (GEERTZ, 1989, p.64). O diferente também é um igual quando visto sob outras categorias mais globalizantes.

Anônimo é quem não tem nome, aquele que não é nomeado, chamado, alcunhado, portanto, indistintamente percebido, não reconhecido, perdendo-se no emaranhado conjunto das relações multifacetadas.

O anonimato parecia ser favorável aos ucranianos recém chegados uma vez que os isentavam de dar explicações aos curiosos, habitantes da cidade. O sonho de reedificação da comunidade, com o ajuntamento de novos membros, aparece como remédio contra uma possível desintegração e esfacelamento (BAUMAN, 2003). Para o grupo étnico, acolher novos membros de sua etnia reforçava também os sentimentos de pertença a um grupo maior do qual eles eram somente uma pequena amostra. Era importante tornar visível que a Ucrânia era uma nação com valores próprios, com uma cultura distinta de todas as outras, não emprestada, não copiada de nenhuma outra nação e que deveria ser respeitada.

Os étnicos queriam salvar sua cultura do esquecimento ou da contaminação. É inegável a existência de um modo singular de viver, de encarar a vida, de atribuir valor às coisas que se julga importante, mas nem sempre este aglomerado de seleções pode ser rotulado como cultura específica de um povo. Isto se torna perigoso quando na busca pelo êxito de se buscar exclusividade para uma determinada cultura há necessariamente a exclusão. A pretensa apropriação dos elementos constitutivos do que se julga cultural para um grupo não pode ser tomado por particular. Muitos elementos ditos como ‘próprios’ nos costumes ucranianos, estavam presentes em outras nações eslavas que anteriormente formavam um só bloco: Bielorrússia, Bósnia-Herzegovina, Bulgária, Croácia, Eslováquia, Eslovênia, Montenegro, Polônia, República da Macedônia, República Tcheca, Rússia e Sérvia. Bogdan Savytzty a este respeito declara:

trezentos anos sob o jugo dos czares da Rússia, mais 70 e poucos anos sob o tacão comunista e outros sob o domínio da Polônia, é natural que haja influencia nos costumes...Mais tarde quando a Ucrânia ficou independente, os habitantes reclamaram por sua cultura.(Savytzty, 2006)

A reivindicação de exclusividade objetivava a busca da notoriedade frente a tantas desvalorizações. Para além de se ater a uma conceituação correta do termo, fica a indagação: qual cultura os imigrantes queriam que resistisse às tentações do esquecimento ou da mistura? Quais elementos, vistos como culturais, eram merecedores desta distinção a ponto de serem enaltecidos e preservados imaculados?

Certamente eram os elementos que formavam, segundo Geertz, uma teia de significados (GEERTZ, 1989, p.18), os elementos que os distinguiu, que os individualizava das outras nações, que os representasse positivamente e, sobretudo que oferecesse elementos para compartilhar o pertencimento (HALL, 2000). Desta forma, corre-se o risco de a cultura ser plasmada somente pelas partes merecedoras de júbilo e aplausos, mas que não contempla o todo. Por isso é uma construção imperfeita, ilusória e seletiva.

O aumento do número de imigrantes na colônia auxiliava a descredenciar possíveis desinformações a respeito do país de onde vinham. Se os autóctones fizeram tantas restrições ao acolher os ucranianos, tornava-se imprescindível que a recepção às novas famílias no seio da comunidade, fosse alardeada, celebrizada, destacando-se intimidade, satisfação e regozijo em acolhê-las. Com o aumento do número de famílias, a aldeia pretendia se tornar um corpo mais coeso e expressivo, por isso mais visível e reivindicante de deferência, sem precisar que os ‘outros’ deles só se amiserassem.

Os imigrantes que já estavam estabelecidos em Papanduva, mesmo que implicitamente, edificaram as bases de uma rede de recepção e sociabilidades que tornou viável e menos traumático a chegada dos novos imigrantes. A existência prévia, no local de destino, de pessoas originárias da mesma localidade natal, da mesma aldeia, teria sido o fator determinante na opção de parte dos imigrantes por Papanduva (SC).

Os pioneiros constituíram-se em referências onde os recém-chegados poderiam obter auxílio, pois dominavam informações básicas sobre o idioma local, aonde ir, onde trabalhar, como se comportar e a quem recorrer em momentos de dificuldades e doença. O grupo já estabelecido organizava suas vivências, criando mecanismos e redes de solidariedade, ajudando as novas famílias na derrubada das árvores para a construção de suas casas, enquanto eram ajeitados em casas de ‘parentes’, por mais remotos que fossem: bastava ter o mesmo sobrenome que já seria considerado como tal. Assim revela Sérgio Kopichenko

Quando uma nova família chegava na colônia, sentíamos a obrigação de acolher e ajudar. Não queríamos que sofressem o que passamos. As vezes, íamos tirar madeira para construir uma casinha, cobrir com telha ou até mesmo com folhas de coqueiros. Todo começo é difícil, mas não custava nada ajudar a gente de nossa gente. Éramos todos ucranianos, todos da mesma pátria e às vezes da mesma família e sobrenome (KOPICHENKO, 2008)

O sobrenome, afinal, além de ser um signo de discernimento é também um sinal de pertencimento e expressão de identidade. Por ele era possível saber quais membros descendiam de famílias com certo grau de distinção numa Ucrânia que resistia em permanecer na memória dos imigrantes como lugar gerador de identidade. Nesse sentido, o sociólogo alemão Max Weber afirma que os grupos étnicos “alimentam uma crença subjetiva em uma comunidade de origem fundada nas semelhanças de aparência externa ou dos costumes, ou dos dois, ou nas lembranças da colonização ou da migração” (WEBBER, 1971, p.416). O sobrenome tornava-se elemento fundamental para o processo de socialização étnica entre os que chegavam, pois acreditavam pertencer a uma mesma comunidade de origem.

Nos arquivos na Paróquia Ortodoxa São Valdomiro Magno, Tombo I e II, registram-se uma série de sobrenomes das primeiras famílias fundadoras daquela comunidade: Balan, Hantchuk, Matioski, Novak, Saviski, Talantchuk, Heuko, Hutchok, Ribí, Hantchuk, Ribí, Palivoda, Lecatchinski, Talachinski, Lozovei, Kobren, Labas, Reva, Klusa, Matioski, Rylo, Zadorozny, Matioski, Farinhak, Andraski, Chevtchuk, Heuko, Jaskiv, Klusa, Palivoda, Zadorozny, Oratz, Zadorozny, Ferens, Saviski, Lozovei, Zelinski. Muitas dessas famílias têm seus descendentes vivendo no município, atualmente.

Dependendo do grau de distinção que o grupo aferia a certo sobrenome, o imigrante que o possuía tornava-se elemento de referência, devido ao capital simbólico que lhe era atribuído. Certamente tal distinção era reinventada como necessidade de preservação de uma memória coletiva e meritória. Isto é observado na fala de Sergio sobre a reverência feita principalmente a anciãos que tinham certos sobrenomes: “a família que tinha um alguém de idade em casa e, sobretudo se veio da Ucrânia, era considerada por todos. O avô era o conselheiro de todos”(KOPCHENKO, 2008)

Sendo assim, a guerra pode destruir muitas coisas, menos a possibilidade de recriar e de sentir de outra forma um passado.

É importante observar, baseado no depoimento de Kopchenko, as estratégias familiares e individuais que foram usadas na adaptação ao novo meio, decorrente do fenômeno migratório, sem que pudesse colocar em risco a manutenção a sua identidade que parecia estar blindada. Parecia que a instituição familiar era o âmbito onde se configurava o sujeito étnico e o lugar onde transmitiam os valores a serem resguardados. É na socialização com outras pessoas da mesma etnia que a função personalizadora da família ganhava força.

Famílias que se identificavam e que comungavam dos mesmos projetos procuravam resistir a tudo o que podia estremecer as estruturas fundantes do sujeito étnico ucraniano. A unidade dos membros familiares garantia a prosperidade da comunidade sem prescindir da coalizão entre o passado que os ligava, apesar dos rearranjos sociais efetuados em terras vistas como estranhas. Cada membro via-se como defensor e representante dos padrões comportamentais do passado e responsabilizava-se pela sua transmissão que era dada na e pela família. Também era na família que funcionava os modelos ou os conjuntos de regras, interpretações, valores e expectativas que indicavam e impunham a maneira de os homens e as mulheres, casados ou não, se comportarem. Estava implícita a fidelidade incondicional e vitalícia de cada familiar às práticas dos costumes e isto era crido como fator essencial para a perpetuação da sua etnia. Assim, os membros da família tradicional ucraniana se sentiam mais seguros, frente aos diferenciados modos de vivência familiar encontrados. Talvez as incertezas provenientes das possíveis misturas comportamentais fossem a causa do medo e, por isso, da inflexibilidade por manter padrões de conduta e vivência seguras, com feições majoritariamente patriarcais e autoritárias. Só os autoritários ou instituições com estas características não admitem conviver com as incertezas, pois elas minam as bases sobre as quais foram construídas. As incertezas, neste estudo, podem ser tomadas como compreensíveis, como também a forma de combatê-las, dada às inúmeras tensões experienciadas.

O estudo sobre os espaços ditos como apropriados para tantos *diferentes* firmase como uma possibilidade de pesquisa, constitui-se um campo de investigação, abrindo caminhos para novos olhares desses enredos onde os imigrantes participaram. No estudo desses enredos, percebe-se que as construções culturais e as relações de poder e as vivências contribuem para a formação dos hábitos, costumes que se cristalizaram no decorrer dos séculos. O cruzamento desses estudos possibilita buscar respostas a tantas questões que incomodam os pesquisadores, principalmente no que se refere à origem, permanência e manutenção da desigualdade. As instituições, como por exemplo, a Igreja, contribuiu não só na modelagem dos papéis sociais dos imigrantes como também serviu de veículo de normatização de condutas, ao reconhecer positivamente as diferenças construídas dentro desses espaços .

Homens e mulheres são partes integrantes da história, das vivências e do cotidiano, tecendo maneiras de se viver na sociedade. Antropologia, sociologia, política, religião, história, etc, investigavam os acontecimentos dados num certo tempo e num

certo espaço, sob determinada óptica. Atualmente, têm-se oportunidades plurais para se averiguar esses acontecimentos, sob diversos ângulos e abordagens, enriquecendo a troca de informações. Disso se constitui a riqueza de poder ver o mesmo objeto com muitos olhares. Possibilitar o diálogo entre tantas áreas do saber facilitam o surgimento de outros saberes e de novos conhecimentos.

As pessoas representam seu mundo cada qual à sua maneira, e, na percepção de Roger Chartier, mais do que representar, cada pessoa marca de modo visível sua existência no grupo, na comunidade ou na sociedade (CHARTIER, 1991, p.183).

Os imigrantes, homens e mulheres, por certo, são agentes influenciadores e influenciáveis *da e na* cultura do outro; modificam hábitos, quebram com a rotina estabelecida, reestruturam formas de ver, pensar e agir, impondo ou recompondo costumes e práticas. Na pesquisa que venho realizando, percebo que há assimilações e aglutinações, influências do meio que remodelam vivências. A imigração não pode ser vista apenas como mero deslocamento de pessoas, mas também como deslocamento da cultura e do simbólico que constroem identidades num determinado espaço. Os imigrantes ucranianos, ao serem alocados em lugares específicos por terem uma identidade peculiar, souberam ultrapassar a imposição dos limites, deixando que suas marcas chegassem até nós como objetos que aguçam a pesquisa acadêmica. Para a cultura, costumes, ritos e crenças, a injunção de barreiras perde sua eficácia quando se depara com a ardileza criativa do agir humano.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2001

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras, in; POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FNART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*, SP: UNESP, 1998.

BAUMAN, Zigmunt. *Comunidade: a busca por herança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.

BOHADANNA Maximiv. In Pasko, Guto. Documentário. *Made in Ucraina: os ucranianos no Paraná*. Curitiba: GP7, 2006

BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: Crítica Social do Julgamento*. São Paulo: Edusp, 2004.

- BOURDIEU, Pierre. *O poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil - Lisboa, 1989, p. 113.
- BRITO, Fausto. *Ensaio sobre as imigrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo*. Belo Horizonte: Centro de desenvolvimento e Planejamento regional (CEDEPLAR) UFMG, 1995
- BURKO, Valdomiro. *A Imigração Ucraniana no Brasil*. 2. Ed. Curitiba, 1963
- CYRKUM, Leonid. Entrevista em 18 de maio de 2008. Acervo do autor
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p 17.
- CZPA Marquiano. In Pasko, Guto. Documentário. Made in Ucrania: os ucranianos no Paraná. Curitiba: GP7, 2006
- DOSSE, François. *A História à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: UNESP, 2001, p. 176.
- FLORES, Maria B. Ramos; CAMPOS, Emerson C. de. *Carrosséis urbanos: da racionalidade moderna ao pluralismo temático (ou territorialidades contemporâneas)*. Rev. Bras. Hist. vol.27 no.53 São Paulo Jan./Jun 2007.
- GEERTZ, Clifford. *Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989, p. 64.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- HANEIKO, Valdemiro. *Uma centelha de luz*. Curitiba: Ed Kindra. 1985
- HUGON, Paul. *Demografia Brasileira*. São Paulo: Atlas 1973. p 33.
- KOPICHENKO Sérgio. entrevistado em 15 de fevereiro de 2008. Acervo do autor
- KREVEY, Meroslava in PASKO, Guto. Made in Ucrania: os ucranianos no Paraná. Documentário em DVD. GP7. 102 min. Curitiba, 2006
- LEVY, Pierre. *As tecnologias da Inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. Rio de Janeiro, 1993, p. 143.
- MARASYM, Krystina. In Pasko, Guto. Documentário. Made in Ucrania: os ucranianos no Paraná. Curitiba: GP7, 2006
- MILLUS. Nicolás. *Colônia Ucraniana*. Curitiba. Ed. do Autor, 2004
- MONTEIRO, Guadalupe Vargas. Cosmogonia, mentalidad y región. In: DEMBICZ, Andrzej.(editor) *Interculturalidad en América Latina en âmbitos locales y regionales*. Warszawa: CESLA, 2004, p.128.

NUNES, Heliane Prudente. *A imigração árabe em Goiás*. Goiânia: Editora da UFG, 2000. p.31

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade, etnia e estrutura Social*. São Paulo: Pioneira, 1976, p. 4

ORATZ, Likéria. Entrevista cedida em 22 de janeiro de 2009. Acervo do autor

REVISTA PANORAMA. Fevereiro, 1959, Número 81 – Curitiba, PR p.20

STEVANIK, Maria. Entrevista cedida em 17 de maio de 2008. Acervo do autor

SAVYTZTY, Bogdan. In Pasko, Guto. Documentário. *Made in Ucrania: os ucranianos no Paraná*. Curitiba: GP7, 2006

TCHAIKA, Valéria. Entrevista cedida em 20 de janeiro de 2008. Acervo do autor.

WEBER, Max. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971, p. 416